

NARRATIVAS DO POVO TUMBALALÁ

Memórias e Saberes Indígenas



EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO

Projeto Narrativas e Representações

Universidade Estadual de Feira de Santana -
UEFS

Organização: Maria Clara da Cruz Xavier e
Gabriela Barbosa Souza Xavier

Ilustrações: Capa e capítulos por Maria da Clara Cruz Xavier, "Pote de Barro" por Artur Alves Marinheiro, "Conhecimento" Romilson Cícero Martins, "Mulher assando loiça" de Caline Ribeiro, "Pesca" feita por Emily Raiany da Silva Cruz, Clarissa Martins da Cruz, obra "Vazante" de Leandro Antônio da Cruz, Obra "Posto de saúde do Pambu" de Rawan de Santana Santos, Juliano Elias dos Santos Martins, Gabriela Felomena dos Santos e Iasmin dos Santos Santana, "demarcação já" feito por Rafaela Cruz e Julia Vitória, obra "Campo do Toré" de Jaqueline Barbosa Araújo, Jane Lopes dos Santos, Angélica Marleide Januário, Fabrícia Marleide Januário, Geisiely Domingas Xavier.

Fotografias: Maria Clara da Cruz Xavier

APRESENTAÇÃO

Olá! Permita-me apresentar, posso até ter poucas páginas, mas trago muitas emoções, eu sou a cartilha do Projeto Narrativas e Representações (Resolução CONSEPE/UEFS 086/2013).

Desde de 2022 eu venho sendo executada, e agora finalmente consegui ser lançada.

Venho para ser além de um livro qualquer, carrego histórias e memórias, de criança, homem e mulher, mas se você é curioso e não gosta de enrolação, vou te falar logo qual é minha função.

Surgiu nesse projeto que faz tempo que é executado, ele tem a intenção de registrar aquilo que por muito tempo foi censurado e coletar memórias valiosas demais, que são as memórias das comunidades tradicionais.

E até que enfim ele passou em Abaré na Bahia, terra onde se balança Maracá, terra de povo forte chamado Tumbalalá, desse povo coletamos narrativas interessantes e tivemos muitos participantes que contribuíram para essa cartilha se realizar, eles são a fonte e referência e possuem um conhecimento que você não é capaz de imaginar.

Falamos sobre saúde, educação escolar, tem agricultura e pesca e os contos que servem para nos encantar, tem a história do reconhecimento e falamos sobre o Toré que é fonte de fortalecimento, temos as histórias das "loiceiras" que produzem peças de barro com perfeição, e ainda, por cima ensinamos como é o processo de demarcação.

Não quero me amostrar, mas nisso você tem que me dar razão.

Estou bonita, né? É porque desde a capa até o último ponto de exclamação, tudo foi desenhado por indígenas em uma oficina feita na escola da região, os desenhos da capa e dos capítulos foram feitos por quem me criou, que também é Tumbalalá, com essa receita é possível errar?

Por tudo isso, te convido a me conhecer e saiba que a cada palavra que tu ler, vou aos poucos guardando essas histórias dentro de você.

ÍNDICE

TORÉ

6

RECONHECIMENTO

9

DEMARCAÇÃO

11

SAÚDE

16

AS LOICEIRAS

19

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

24

NOSSOS TRAJES

28

AGRICULTURA

33

CONTOS DO NOSSO POVO

35

AGRADECIMENTOS

38

ENTREVISTADOS

Nueli Lourdes da Cruz

Benedito Januário Xavier

Januário Xavier

Júlia Maria Xavier

João de Deus Gomes de Santana

Cícero Marinheiro

Cícero Alves de Santana

Maria Betânia da Conceição

Margarida Antônia Januário

Maria Santíssima de Aguiar Santos

Maria do Socorro Gomes da Silva Araújo



O TORÉ



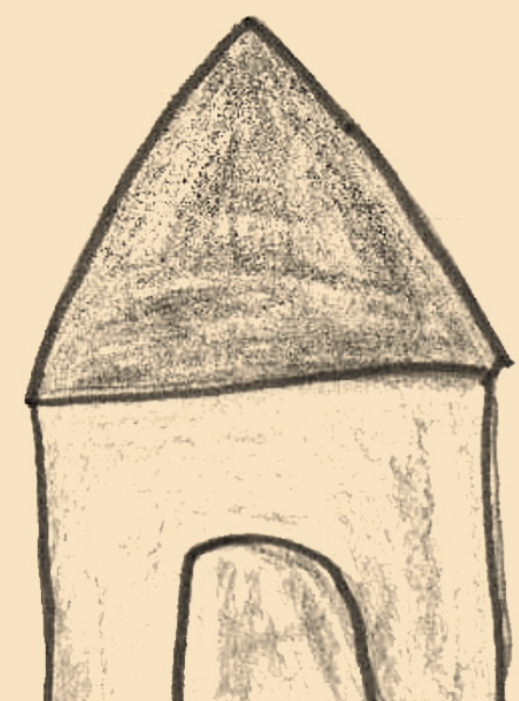
"VAMO TRABAIÁ NA ALDEIA TUMBALALÁ"

No passado, as práticas do Toré eram mais fechadas e reservadas. As mesas eram mais comuns do que o próprio Toré. As atividades eram mantidas em segredo, já que na época os costumes indígenas eram proibidos. O Toré era praticado em diversos locais, principalmente nas ilhas e na comunidade Salgado, então os grupos se reuniam, os anciãos sempre avisavam de última hora, saíam convidando de casa em casa e levando para o campo do Toré, todos se reuniam a luz de uma fogueira e ficavam a noite inteira dançando e cantando. Muitos Torés eram feitos na comunidade Pé de Areia, a comunidade vivia isolada, e não tinha tanto acesso a estradas ou outras localidades, e as pessoas da aldeia conheciam poucas regiões, com exceção da sua. As mesas eram feitas na casa de mãe Joana, uma mulher muito respeitada em sua aldeia, que desempenhava um papel central na preservação e transmissão das tradições do nosso povo. Mãe Joana desempenhava um papel vital como líder espiritual e era responsável por realizar rezas e a Cura.

O Toré acontecia também no Alto do Morcego localizado na comunidade Pé de areia, era algo escondido, para evitar a atenção de autoridades ou estranhos, porém os que praticavam o Toré se mudaram para as ilhas devido à grande quantidade de conflitos e ameaças. Algumas histórias são contadas sobre as perseguições, as pessoas que estavam fazendo o ritual do Toré estavam fugindo, mas conseguiram se esconder através de cantos específicos do nosso povo. Existem nomes importantes que participaram dos Torés, como Antônio Cirilo, Januário, entre outros. Quando o Toré era realizado na ilha da vila e na ilha da favela, era comum acender uma vela nos Cruzeiros. Atualmente, existem 2 campos de Toré: o da Lagoa Vermelha e o do São Miguel.

"NÓS NÃO FAZEMOS HISTÓRIA,
NÓS CONTINUAMOS ELA"

João de Deus Pajé Tumbalalá



REGRAS DO TORÉ

Assim como tudo que é sagrado existem regras, dentro do Toré não é diferente. Deve ter os mestres e contra mestres, guia e contra guia seguindo pelos outros membros da comunidade que são responsáveis pelo "Trupela" (a dança). Existem proibições dentro do Toré como passar no meio do campo na frente do Cruzeiro, ou fazer qualquer barulho que atrapalhe os mestres, além disso, é importante respeitar o horário em que o Toré é finalizado. Quanto aos materiais usados no Toré antigamente e que existem até hoje, pode se mencionar o uso do maracá, Jurema, cura, cataioba e pujá (feito com croá e penas de Ema), o Kwaki (ou guia). Para as mulheres, existem as tiaras, bustiê e brincos de pena.

PINTURAS DO RITUAL

Dentro dos rituais, podem ser feitas pinturas corporais com a tinta do Jenipapo, que quando o fruto está verde deve ser ralado e espremido para retirar o suco, logo em seguida misturado com carvão em pó para ficar mais consistente, para que assim com uma talisca (galho fino e pequeno) possa fazer os traços no corpo. As nossas pinturas tradicionais são baseadas na Pedra da Letra, localizada no Município de Curaçá. Na Pedra da letra existem muitas gravuras, dentre elas o espiral, elemento que representa as "panelas do rio" (redemoinhos). A pintura do espiral pode ser feita no rosto ou no braço.



SENADO FEDERAL

Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.

CONSTITUIÇÃO

da República Federativa do Brasil

O RECONHECIMENTO

BRASIL TERRA INDÍGENA

NOSSA LUTA NÃO PODE PARAR!

Antes da conquista do reconhecimento, nosso povo já se planejava, existiam outras lutas que enfrentamos como, por exemplo, a perseguição dos que praticavam o Toré, as tentativas de apagar nossa cultura, o racismo devido aos estereótipos relacionados aos indígenas, que definem que o indígena deve ter cabelos lisos, olhos puxados, etc. O Toré foi essencial para fortalecer e alcançar nossos objetivos, ele é a maior prova que temos, que demonstra que somos indígenas. Nosso povo contou com a ajuda do povo Truká, existiam constantes reuniões para conhecer os meios para alcançar o reconhecimento da aldeia, muitas informações como o local da FUNAI e qual a sua função foram descobertos durante esse período, pois nosso povo ainda não tinha contato com informações vindas de fora. Assim que as lideranças estavam se preparando, apareceu no Pambu um antropólogo chamado Marcos Trombone que estava fazendo um trabalho com o povo Tuxá, ele perguntou a João Plínio se ali era uma aldeia e se tinha algum representante, João deu as informações e em seguida Marcos foi até a casa de Cícero Marinheiro. Marcos trombone pediu para olhar o campo de Toré em 1998 com o Pajé e o cacique e mais duas lideranças Tuxá para avaliar se o Toré do nosso povo era verdadeiro, o Pajé observou e confirmou que aquele ritual era indígena. Depois disso, Marcos Trombone levou as lideranças Tumbalalá para Paulo Afonso para produzir o documento pedindo o reconhecimento. De início o governo negou, pois dizia que não existia povo Tumbalalá, então nossos líderes se reuniram com os Tuxá, Xucuru de Ororubá, Atikum e foram para Brasília pedir o estudo de reconhecimento. O professor de Antropologia disse que não realizaria o estudo do conhecimento sem uma base, por isso, o advogado do CIMI orientou o Cícero marinheiro a produzir um documento pedindo o estudo, e a partir daí, em 1999, eles aceitaram. Em 2000, veio a antropóloga Mércia realizar o estudo, e finalmente, em 2001 o povo Tumbalalá foi reconhecido.



OPERA
DEMARCAÇÃO
JÁ!

"O QUE É DEMARCAÇÃO? COMO É QUE FAZ ISSO MERMO EIN?"

As terras indígenas são parte do território brasileiro onde habitam povos indígenas. Esses territórios servem como uma forma de garantir a reprodução social e cultural dos povos indígenas, conforme seus costumes e tradições. O conceito de quais são as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas está no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que em seu primeiro parágrafo diz que "são terras indígenas, as terras habitadas por indígenas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Sobre as terras indígenas, é importante saber que, ainda que habitem no território, as terras indígenas são patrimônio da União ou seja o governo Federal.

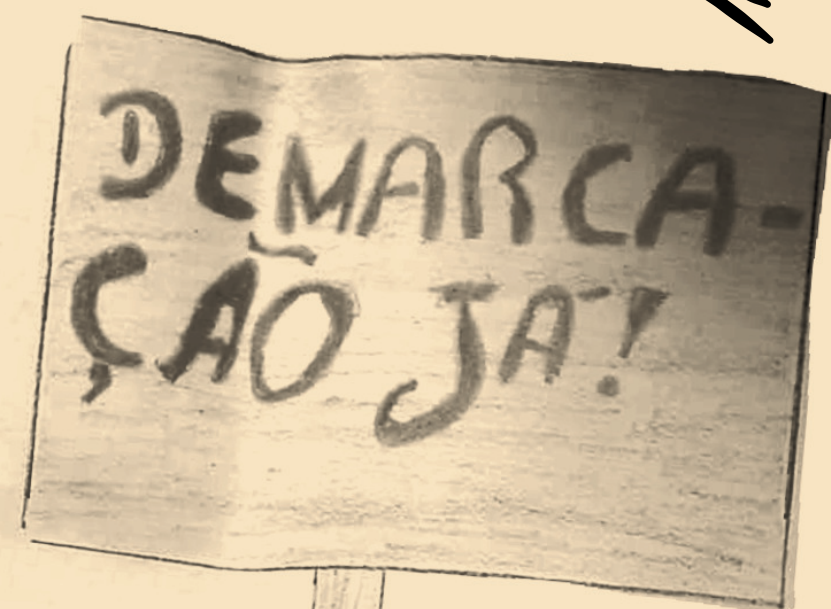
As terras se tornam bens públicos de uso especial, e isso significa dizer que são inalienáveis (não podem ser vendidos) e não podem ser utilizados por outras pessoas que não sejam os próprios indígenas.

Sobre essas terras, os povos indígenas detêm a posse permanente e o uso exclusivo das riquezas do solo, dos rios e lagos.

MINHA TERRA, MEU DIREITO!

As terras são fundamentais para a nossa cultura, pois fazem parte do nosso modo de vida, o valor pela natureza. Como vamos produzir as cataiobas, pujás e capangas sem o croá? Como fazer o ritual sem a jurema? Imagine se devido a falta de proteção perdermos isso? Por muitos motivos, nosso território é muito importante para reproduzir nossa cultura para as próximas gerações. Nossos modos de vida são patrimônio cultural, nossa terra é a fonte dessa cultura. Além disso, a demarcação de terras indígenas garante a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, o que também é um direito constitucional guardado pela Constituição Federal, no seu art. 225.

A demarcação é um direito que nós, povos indígenas, conquistamos com muitos anos de luta. Foi disponibilizado na Constituição de 1988, documento que garantiu o direito dos indígenas de ter sua cultura e terras preservadas. Mudanças importantes ocorreram na política indigenista nacional, permitindo o abandono da "perspectiva assimilacionista". Essa perspectiva entendia que os indígenas tinham perdido seus costumes e tradições. A partir dessa visão, o Estado praticou atrocidades, buscando o desaparecimento dos povos originários.



Em outras palavras, a expectativa era de que tais povos “deixariam de ser índios”.

Foi a Constituição de 1988 que passou a considerar que o direito dos povos indígenas às terras eram direitos originários.

Foi assim que a demarcação de terras indígenas passou a ser uma obrigação do Estado brasileiro imposta pela Constituição Federal.

É relevante salientar que a posse exclusiva dos povos indígenas de seus territórios e o respeito às suas organizações sociais, línguas, costumes e tradições são assegurados pelo Decreto 5051/04 e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT).

"CUMÉ QUE SE ORGANIZA? "

A regularização fundiária é o processo legal, urbano, ambiental e social para oficializar a posse de áreas habitadas, reconhecendo o direito de indivíduos ou grupos sobre a terra. Segundo o decreto de n.º 1775/96, as etapas de regularização podem ser resumidas da seguinte forma:

Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas:

são áreas ocupadas tradicionalmente por povos indígenas, com direitos originários reconhecidos pelo artigo 231 da Constituição.

Reservas Indígenas:

são terras adquiridas por compra ou doação e pertencem às comunidades indígenas. Este é o único caso em que as terras não são apenas de usufruto dos indígenas, mas também propriedade da União.

Terras Dominiais:

são terras adquiridas por compra ou doação e pertencem às comunidades indígenas.

Interditadas:

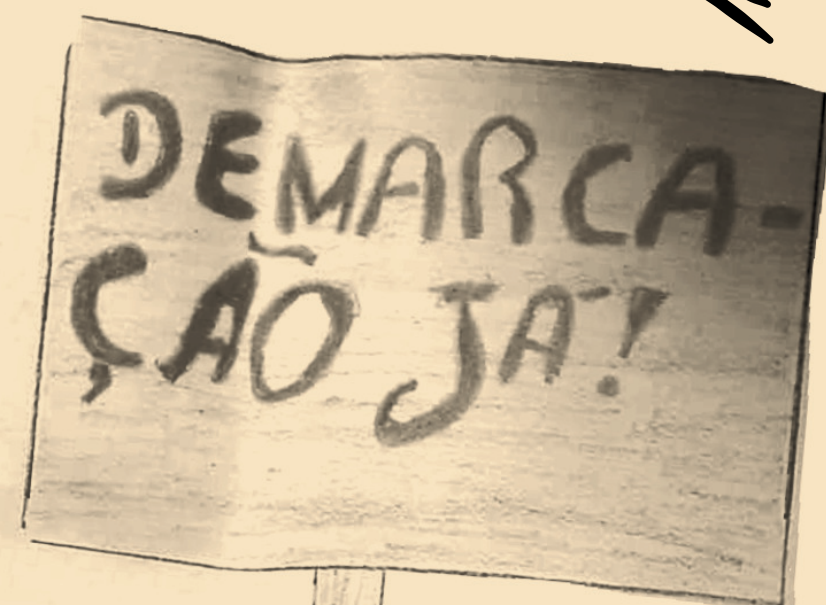
são locais protegidos para preservar povos indígenas em isolamento voluntário. O acesso e circulação de pessoas externas à comunidade indígena são controlados. A interdição pode ocorrer junto ao processo de demarcação.

"CUMÉ QUE FAZ A DEMARCAÇÃO ? "

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) é o órgão que promove a demarcação de terras indígenas. Além disso, ela é responsável por proteger os territórios, regularizar, monitorar e fiscalizar as terras indígenas.

A FUNAI não possui a tutela dos indígenas, sua função é apenas proteger os territórios e zelar pelo bem das aldeias, não interferindo em decisões estranhas a sua função. Por muito anos ele obteve esse papel, pois os indígenas eram vistos como incapazes.

Tendo apresentado o órgão responsável, apresentaremos agora as etapas administrativas e técnicas divididas em etapas.



Verificação da demanda territorial: Esse é o primeiro passo. O povo indígena deve solicitar o estudo de suas terras, esse estudo é feito por antropólogos. No nosso caso, o Povo Tumbalalá já foi contemplado, com alguns antropólogos que foram mandados pelo CIMI (Conselho indigenista missionário) e em seguida com os antropólogos da FUNAI.

Estudos de identificação e delimitação: a segunda etapa é a nomeação do grupo técnico, liderado por um antropólogo escolhido pela FUNAI. Nessa etapa será realizada as pesquisas, para saber até onde vai o território e identificar se ele pertence aos indígenas. Essa etapa de delimitação é muito importante, e no nosso caso teve como grande contribuição os diários dos padres que catequizavam nosso povo. Quando o estudo é feito, o grupo técnico produz um relatório, que deve ser aprovado pelo Presidente da FUNAI. Depois disso, temos a última etapa dessa fase, a publicação nos diários oficiais da União, do Estado e na prefeitura municipal.

Contraditório Administrativo: essa etapa permite que o Estado, Município ou qualquer um que deseje que essa terra não seja demarcada, por ter determinados interesses se manifeste contra a demarcação.

Durante esse processo, as pessoas podem entrar com um pedido de indenização, ou indicar erros no relatório. Essas pessoas devem apresentar suas contestações à FUNAI e ao Ministério da Justiça, durante esse período o processo de demarcação é pausado.

Delimitação do território: delimitar é o momento em que serão analisados os limites da demarcação da terra indígena ou seja definir qual é seu tamanho.

Essa parte é ligada ao Ministério da Justiça, que emite uma portaria declaratória.

Demarcação física do território e aprovação: depois de definir a delimitação é necessário aprová-las. Essa etapa é realizada por um decreto.

Levantamento dos habitantes: nesse momento será avaliado quantas pessoas não indígenas existem no território. Essas pessoas devem ser retiradas do território. Caso sejam moradores que ocuparam de boa-fé a região, elas são indenizadas, caso sejam invasores são obrigados a deixar o local sem direito a indenização. Os órgãos responsáveis por essa etapa são a FUNAI e o INCRA.

Aprovação da demarcação: a aprovação e demarcação são feitas pelo Presidente da República por meio de um decreto. Junto ao decreto presidencial, a FUNAI vai expulsar moradores não indígenas e pagar indenizações. Além desse pagamento, o INCRA é responsável pelo reassentamento de pessoas não indígenas elegíveis à reforma agrária.

Registro das terras indígenas: é feito pela FUNAI e pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União), após a publicação do decreto de homologação, elas terão o prazo de 30 dias para registrar.



Fechamento de Área: Implementado pela FUNAI nos casos de indígenas isolados.

Referências:

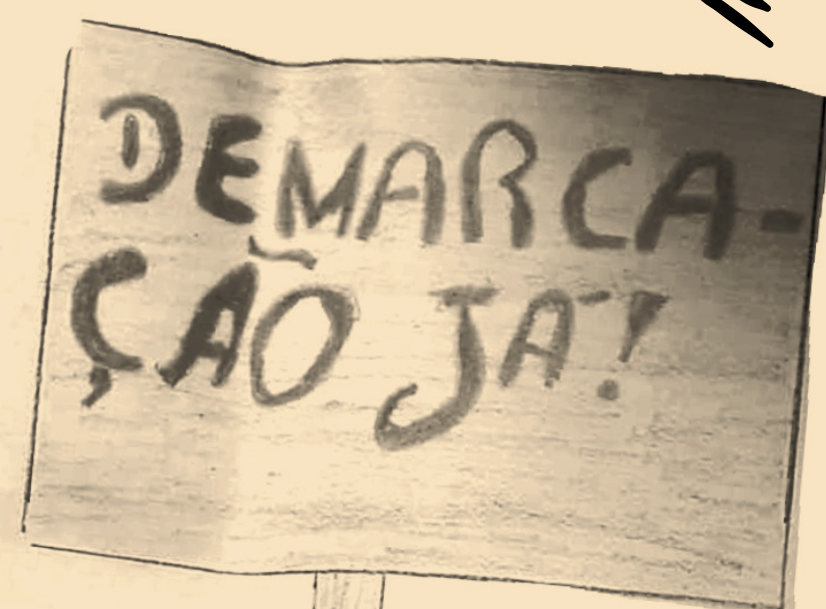
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

BRASIL. **Relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior**. (Relatório Figueiredo). Brasília, 1967.

BRASIL. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm.



SAÚDE INDÍGENA



"O DOTÔ VEM HOJE?"

O acesso à saúde na comunidade era difícil. Pela falta de estradas que possibilitassem a ida a Cabrobó, no estado de Pernambuco, só tinham acesso à saúde aqueles que se arriscavam a atravessar o rio de canoa para Pernambuco para ter um mínimo de auxílio. Não tinha como ir de carro, moto ou de bicicleta. A nossa região era muito esquecida pelo poder público. Era tudo muito precário. Inicialmente, o único auxílio de fora vinha só com as campanhas de vacinação. Havia muita dificuldade para conseguir o mínimo de política pública de saúde, de educação e de assistência mínima, a aldeia do povo Tumbalalá vivia em pleno abandono.

O descaso e a negligência do poder público promoviam a ação emergencial e impulsiva de ter que resolver problemas de saúde em casa mesmo, com o que havia à disposição. Por exemplo, ter que arrancar um dente com uma faca para aliviar a dor insuportável, e assim, ficar sujeito a contrair uma bactéria, infecção ou hemorragia. O fato é que não era possível ir a um dentista, sem as condições financeiras ou auxílio do poder público, pagar para ir a um dentista era tirar o dinheiro do arroz, do açúcar e da farinha.

Nas ações mais corriqueiras, como a higiene bucal, com a não possibilidade de ter creme dental, se recorria à natureza. Os mais velhos, com sua inteligência e experiência de vida, viram que mastigar as folhas de juá ajudaria a manter e fazer a higiene bucal.

"COMEÇOU A MIORÁ"

O acesso às políticas públicas mínimas aconteceu com o reconhecimento do povo Tumbalalá em 2001. Foi a partir desse reconhecimento, que nós Tumbalalá começamos a ter acesso mínimo às políticas de saúde, educação e assistência básica.

Inicialmente, o povo Tumbalalá começou a ser atendido de maneira específica, pela Polo base de Paulo Afonso, sendo um marco muito importante para o reconhecimento do direito à saúde indígena e ao tratamento específico ao povo originário em meados de 2001. A questão do auxílio e cuidado à saúde indígena melhorou com a implantação do Polo Base de Saúde em Juazeiro, que passou a acompanhar os povos indígenas da Aldeia Mãe e aldeias da região por meio de uma equipe. Dado o aumento de pacientes e a necessidade destes pacientes, uma nova equipe foi concedida para acompanhar a saúde indígena.

Hoje, estas equipes são compostas com médicos, enfermeiros, dentista e técnico de enfermagem, sendo os técnicos e agente de saúde todos indígenas, o que colabora



e muito no tratamento e acompanhamento da saúde indígena, haja visto o conhecimento da linguagem, ritos, lideranças e costumes que são tão importantes e íntimos para os povos indígenas, para sua saúde física, psicológica e mental. Também fazem parte da equipe, farmacêuticos e assistente social.

Ademais, diante da necessidade de também cuidar da saúde mental, as lideranças indígenas buscam que psicólogos possam integrar as equipes de acompanhamento da saúde indígena. É direito dos indígenas o acompanhamento especial e específico à saúde, educação e assistência mínima. Por isso, é importante que os profissionais que cuidam dos indígenas também sejam indígenas, pois estes já conhecem a cultura, os costumes, os rituais, a espiritualidade e crenças, elementos essenciais para o bem viver dos povos indígenas. Também é positivo e necessário, que os profissionais que não são indígenas, realizem os cursos interculturais disponibilizados pela Sesai (Secretaria de Saúde Indígena), com a finalidade de compreender, entender e respeitar a cultura local dos povos indígenas, sendo o objetivo final, um melhor atendimento e acompanhamento da saúde, um direito constitucional dos povos indígenas. O conhecimento, principalmente da língua e da cultura, podem melhorar e colaborar muito para o melhor diagnóstico, cuidado e preservação da saúde indígena. A saúde não é apenas o estado físico, a saúde espiritual também é importante para os povos indígenas, manter a conexão espiritual com seus mestres e guias é muito importante para o nosso bem-estar. Assim, é necessário que os profissionais que cuidam dos povos originários, possam conhecer e ter contato com as lideranças, Caciques e Pajés.

Cabe destacar as benzedeadas, que realizam curas por intermédio da fé, também é necessário a atividade delas. Muitos durante os períodos em que a saúde era precária utilizavam outros meios que estavam extremamente ligados à nossa Cultura como as benzedeadas e as plantas medicinais, esses profissionais ainda precisam estar integrados dentro da saúde não indígena, pois fazem parte da nossa cultura e foram essenciais para a sobrevivência do nosso corpo. A saúde é um direito garantido por lei e, por isso, precisamos nos mobilizar para que esta garantia permaneça para as próximas gerações.





AS O M ER D ARRO

AS LOICEIRAS



"PRA COMEÇO DE CUNVERSA"

Os artesanatos de barro feitos pelas "loiceiras" Tumbalalá fazem parte da identidade cultural do nosso povo, essa prática existe há anos, principalmente na localidade Pé de Areia, onde surgiram as primeiras "loiceiras" chamadas Marcelina, Mãe Joana, Lourdes, entre outras que foram extremamente importantes. O artesanato era feito principalmente por mulheres que viram como uma forma de renda, vendendo suas peças na feira de Cabrobó. Por muito tempo, existia um certo preconceito, porém essas mulheres fizeram com que o seu trabalho fosse valorizado. Assim, em 2012 surgiu a Associação Mulheres do Barro.

Por isso, não poderíamos produzir uma cartilha falando sobre as características do nosso povo sem falar de uma das principais atividades, que é o nosso artesanato único e rico em detalhes.

"VAMO FAZE LOIÇA?"

Para iniciar o processo de produção precisamos do material principal que é o barro. O Barro Tumbalalá é único, e assim como tudo no nosso território possui ciência, para encontrar o barro certo é preciso analisar a veia do barro. Segundo algumas loiceiras, existem meios para achar o barro certo, para saber qual barro vai ser bom e que não vai quebrar e manter a resistência, outro sinal que pode acontecer para mostrar que a loiça é de qualidade é quando ao separar as peças, elas ficam com pequenas poças de água. Isso mostra que aquele barro não é bom.



Geralmente os locais onde tem barro possuem pequenos "bolos de barro, formando uma espécie de rachadura no chão. Um barro bom deve formar pedaços grandes



VEIA DO BARRO

A veia do Barro, segundo algumas loiceiras, é como o leito de um rio em que surge a água, ou como uma semente que ao ser plantada nasce e se reproduz. Para encontrá-lo, existem diversos meios, por sua aparência e até mesmo o seu cheiro, algumas regras também podem existir, pois algumas loiceiras não mostram o barreiro para qualquer pessoa ou leva uma pessoa com uma energia fraca, um exemplo é quando uma pessoa está menstruada. Após encontrar o barro certo é necessário curtir o barro, que é o período de descanso que o barro deve ficar no Barreiro (cerca de 24 horas).



Quando as loiceiras coletam o barro, logo em seguida, levam para suas casas, molham e misturam com areia até chegar ao ponto certo. A areia fina é usada para preparar o barro, especialmente se o barro for muito forte. A areia ajuda a evitar rachaduras nas peças. Então assim, inicia a produção. Todo processo é feito à mão e existem alguns materiais que são utilizados como ferramentas: a pá que é um objeto feito da cabaça, o sabugo de milho para dar alguns detalhes, o couro para alisar a borda das peças e as pedras para alisar a loiça após a secagem. Além disso, existe o toá que é extremamente importante. O toá é usado para criar pinturas nas peças, ajudando a distinguir diferentes tipos de loiça. A pintura é realizada com algo semelhante a um pincel, chamado de "pintor" feito com um galho com algodão na ponta.

O momento mais desafiador é o processo de assamento (cozimento) das peças, devido à alta temperatura e falta de proteção contra o calor.

As peças produzidas são diversas como os calungos, mas as mais produzidas são: caqueiros, panelas, potes, arguidá, moringas, cuscuzeiros, travessas e aribés.

Obs: os termos "loiceira " e "loiça" foram reivindicados durante o reconhecimento da Associação Mulheres do Barro. O uso dos termos foi exigido pela presidente, pois é o modo como elas chamam e são chamadas, portanto, quando se trata do nosso povo, não se trata como louça ou louceira.





MAPA DA LOICEIRA



CAVAR PARA ACHAR O BARRO

CURTIR O BARRO



MOLHAR O BARRO



ATÉ DÁ O PONTO



MISTURAR COM AREIA



SABUGO PARA DAR TEXTURA



FACA PARA CORTAR



PÁ PARA ARREDONDAR



FAZER UM CONE DE BARRO



VIRAR O CONE E ABRIA A "BOCA" DA PANELA

DEPOIS É SÓ ASSAR E PINTAR COM TOÁ



EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA



EDUCAR É RESISTIR

A história da educação na aldeia foi dividida em duas partes, uma abarca principalmente a região do Pé de Areia, e a outra tem como principal área o Pambu.

A educação dentro do território teve seu início com o professor Mestre Ossílio, que ensinava o mobral. O professor mestre Ossílio era paraplégico, e nunca havia ido a escola, também não tinha formação para ser professor e aprendeu a ler e escrever sozinho. E com isso, ele ensinou todos os atuais anciãos da Aldeia.

O já falecido professor mestre Ossílio não dividia a turma por série, ele ensinava a escrever o nome, o ABC e separação de sílabas. Em matemática, o mestre Ossílio ensinava as operações básicas na prática.

O feito do professor mestre Ossílio é tão grande, que a comunidade e região acredita que ele foi agraciado com o dom da educação. Posteriormente, outras pessoas vieram a desempenhar a função de professor, mas o primeiro foi ele, o professor mestre Ossílio.

Inicialmente, no Pambu e região, a educação acontecia na Casa Paroquial, com professores de outros locais. Até que por volta do final da década de 70 e início dos anos 80, a partir da construção, inicialmente de uma sala, e posteriormente de mais uma sala, onde hoje é a casa de Maria de Aparecida, e com as aulas sendo dadas por duas professoras contratadas pela prefeitura do município, uma vinda de Cabrobó e outra de Belém, Pambu e região passou a ter educação fundamental, alfabetização e educação de 1ª a 4ª série.

Ainda na década de 1980, foi necessário chamar mais professores, e a partir disso, professores como Júlio Gomes e Maria Nita passaram a ensinar em Pambu. Um pouco depois, a professora Santíssima, após uma experiência com uma turma particular, também passou a ensinar em Pambu.

A educação em Pambu e a formação de professores da região era muito difícil, a falta de acessibilidade com transporte e residência e por questões financeiras, forçava aqueles que pretendiam cursar o magistério a ter que trabalhar em casa de família como empregada doméstica para financiar os seus estudos.



$$4 + 4 = 8$$

$$8 \div 2 = 4$$




CONHECIMENTO






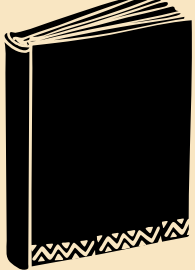
Em Pambu e região, pela predominância de um povo que vivia do pouco que a agricultura dava, não se via em condições de ir para as cidades próximas ou alugar uma casa para ir estudar fora. Essa alternativa ficava com os pouquíssimos que tinham certa condição financeira.



O acesso à educação fundamental II, ou seja, de 5^a a 8^a série, ficava em Ibó, que não tinha o magistério. Para cursar esse, a alternativa era Salgueiro ou Cabrobó.




A falta de acessibilidade era geral, aqueles que cursavam as primeiras séries, 1^a a 4^a, tinham que ir a pé para a escola. Igualmente, àqueles que estudavam em séries mais avançadas, que também tinham de percorrer longas jornadas a pé até chegar na escola.




Com o calor escaldante, ao chegar da escola, a primeira atividade dos estudantes depois de tanto andar, era se refrescar no rio.

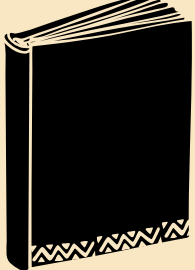
Nas regiões próximas ao Pambu, aqueles que aprendiam, passavam a ensinar os indígenas que não conseguiam chegar até o Pambu.




Por volta de 2005 - 2007, o direito dos indígenas ao acesso à educação passou a ser um pouco melhor com a construção da Escola Municipal Indígena Santo Antônio do Pambu, fruto de muita luta dos representantes indígenas, das professoras e dos alunos.




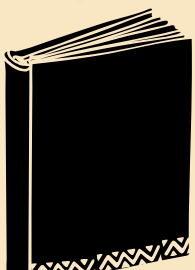

Com a construção da escola, a região do Pambu passou a ter um melhor acesso e possibilidade de estudar da 5^a a 8^a série.



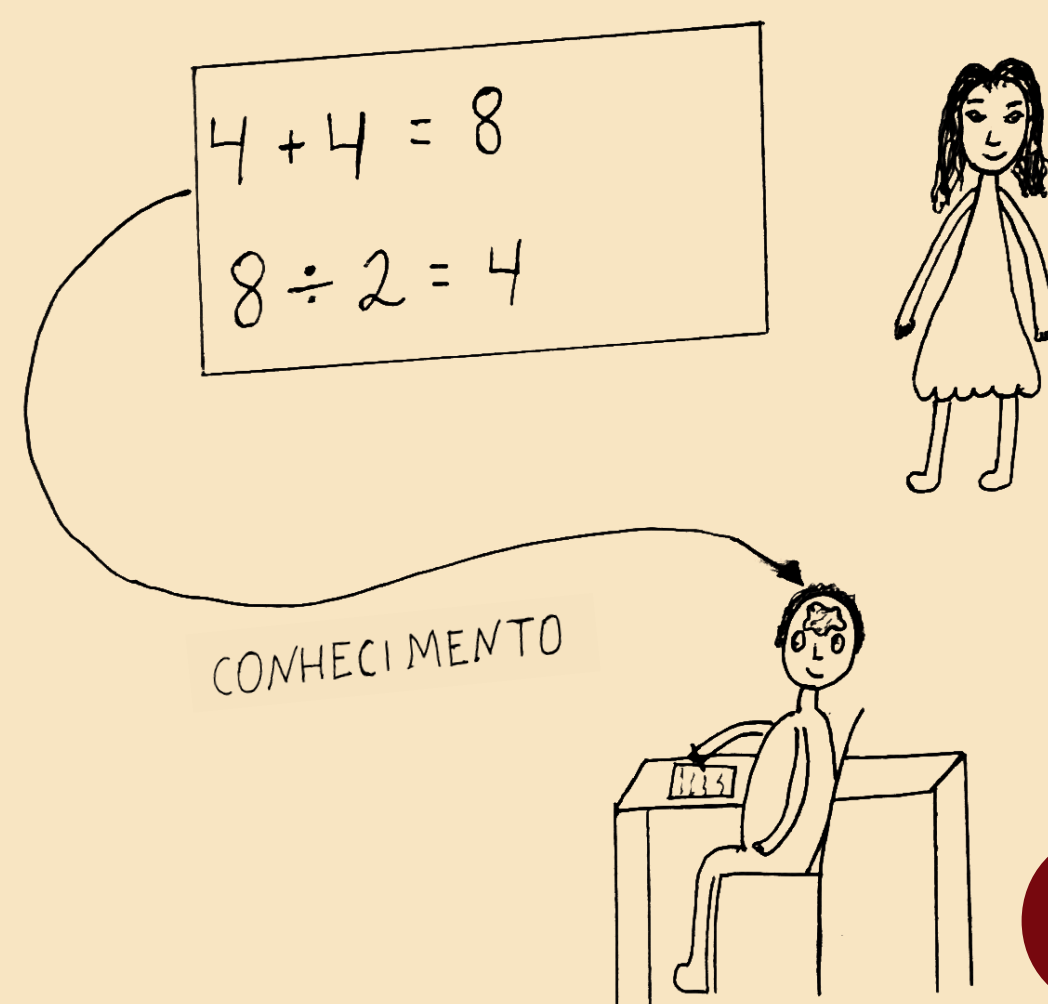

Ademais, ainda mais lutas foram necessárias. Os indígenas do Pambu e região precisaram, também, de acesso ao ensino médio. Com a ausência do ensino médio em Pambu, os indígenas de lá e da região iam estudar principalmente em Ibó.



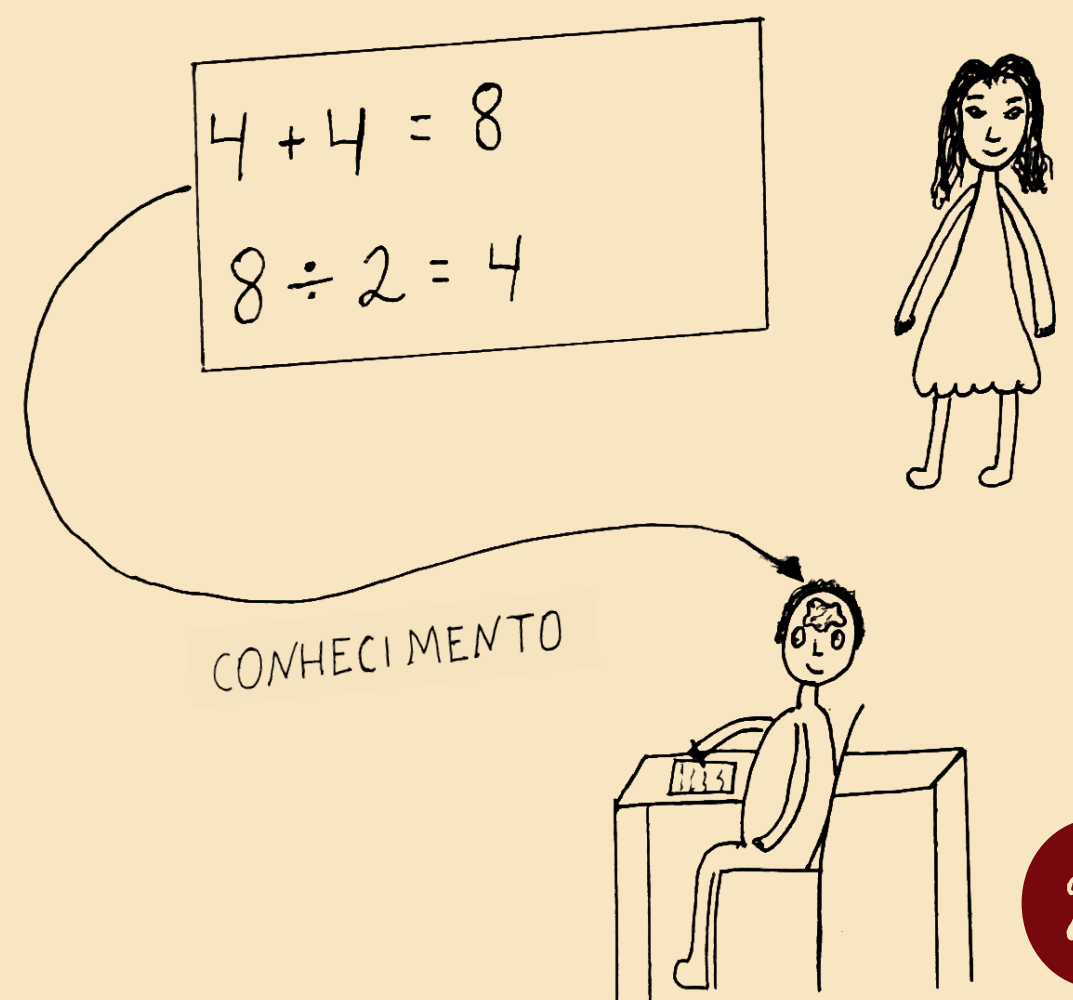
A luta indígena conquistou o ensino médio para a região em 2009. Um grupo de 10 pessoas saiu pela região a procura de alunos, visto a exigência de 100 alunos para que fosse possível criar a escola de ensino médio em Pambu.



Com a não possibilidade de já criar a escola de ensino médio no Pambu, tentou-se instalar uma extensão da ensino médio a partir de Ibó, mas a diretora da escola recusou. A opção foi Abaré, que a partir da diretora Joana D'arc, prontamente aceitou, e os indígenas de Pambu e região passaram a cursar ensino médio em Abaré.

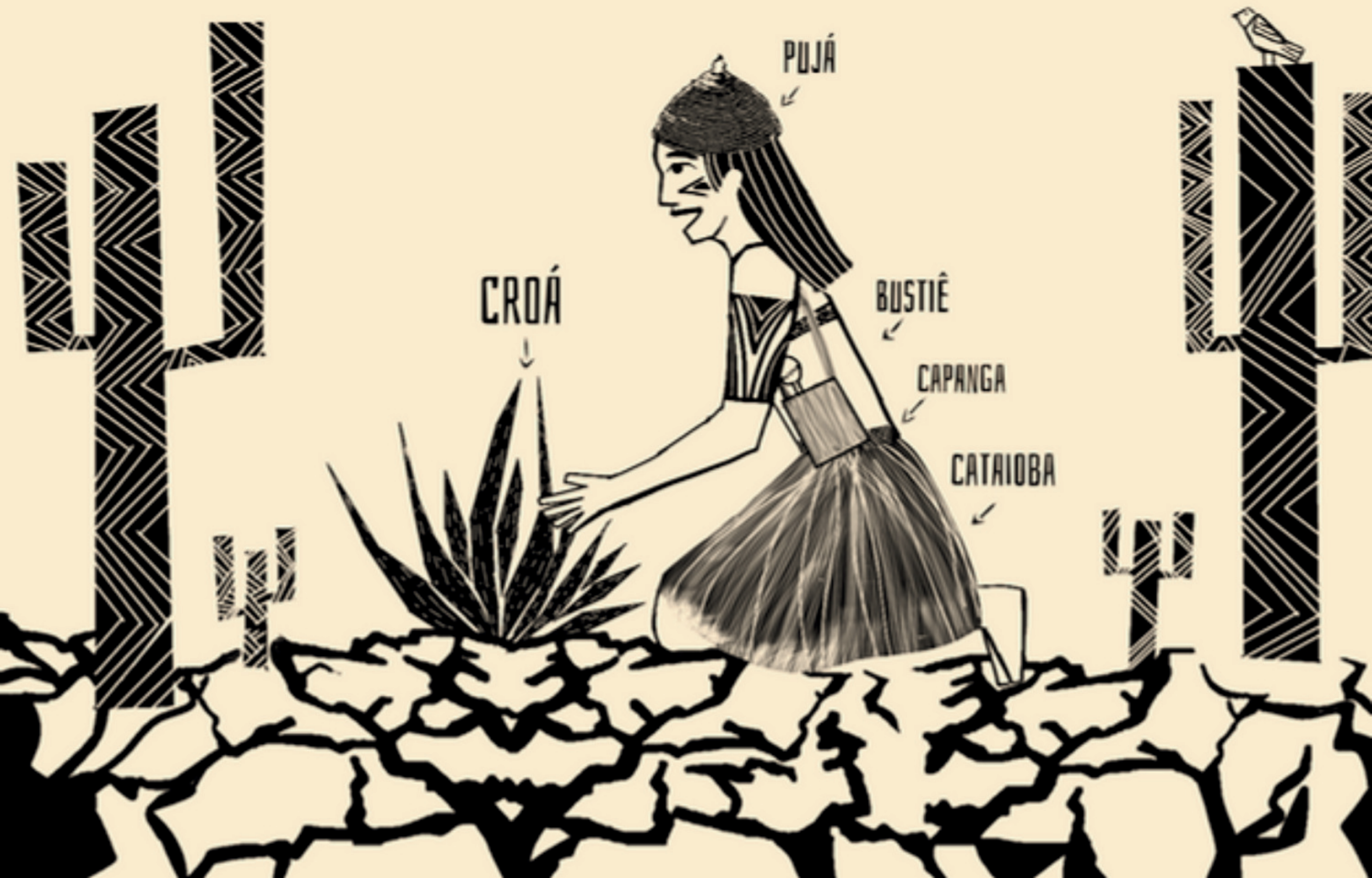


Em 2013, visto a existência de mais de 100 estudantes de Pambu e região, as lideranças indígenas, professores e membros da comunidade foram a Salvador em busca da implementação do ensino médio em Pambu. Com muita luta, muito sacrifício e viagens cansativas e longas, a vinculação ao colégio de Abaré acabou, e o Pambu passou a ter ensino médio no Colégio Estadual Indígena de Santo Antônio.





NOSSOS TRAJES



PUJÁ

CROÁ

BUSTIÊ

CAPANGA

CATRIOBA

"SIMBORA APRENDER A FAZER"

PUJÁ



Um adereço para a cabeça que pode ser usado por homens e por mulheres. Tradicionalmente, o pujá tinha penas de Ema, ave que existia em abundância em nossa região, mas que aos poucos foi sumindo.



CATAIOBA

Saia feita de croá usadas para dançar no ritual. Podem ser usadas por homens e mulheres.

CAPANGA

Bolsa feita de croá muito utilizada para levar os materiais usados no ritual



COMO TIRAR A FIBRA DO CROÁ?

01 CORTE NO INÍCIO

Faça um corte na parte de baixo do croá, logo em seguida dobre no meio para separar a casca da fibra.



02 SEPARE A CASCA DA FIBRA

Após o corte o croá se dividirá em 2, então puxe o lado da casca e segure o lado da fita para separá-los.



03 RETIRE O "LODO"

Retire a parte do croá que possui mais água, pois ele não será útil e pode atrapalhar na hora de fazer as tranças,



04 FAÇA O LAÇO DO CROÁ

Enrole as fibras do croá para juntá-las e prepare para bater.



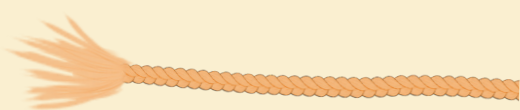
05 BATA PARA SEPARAR

Bata com um pedaço de madeira para não correr o risco de quebrar a fibra.



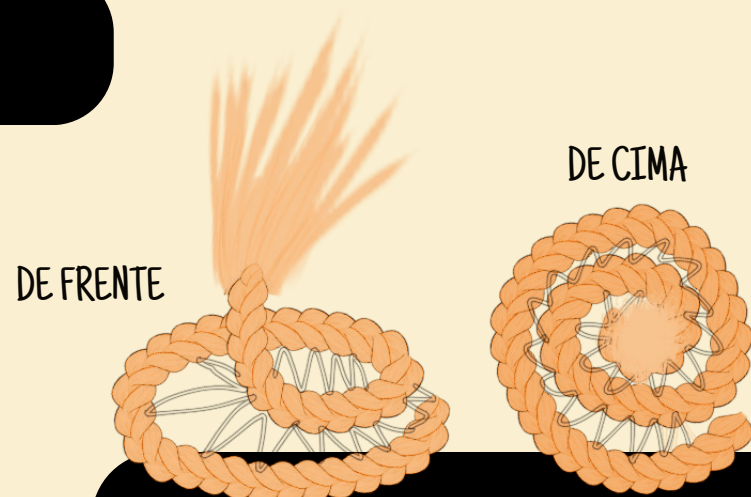
COMO FAZER O PUJÁ

"SIMBORA MEU FI"



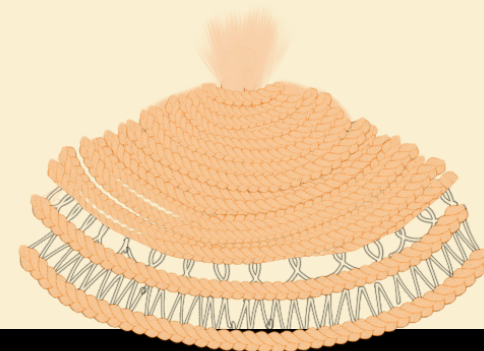
Faça uma trança de croá e deixe o início destrançado, pois esse será o topo do nosso pujá.

01



Dobre a trança em formato de espira, você vai dobrando e costurando.

02

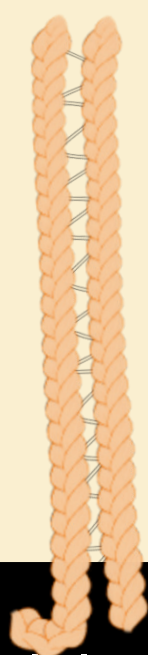


Quando for costurar, é importante costurar a primeira fileira mais apertada e a segunda mais frouxa.

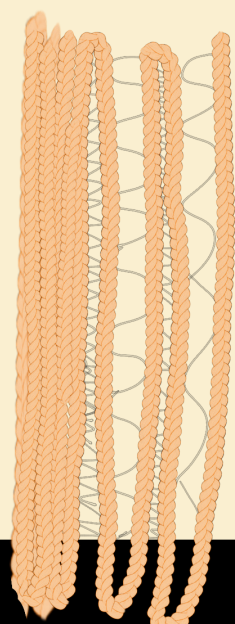
03

COMO FAZER A CAPANGA

"NÃO PERDE O FIO DA MEADA"



Comece pela lateral da bolsa costurando duas tranças, mas apenas o início. Após costurar pegue o final da trança e



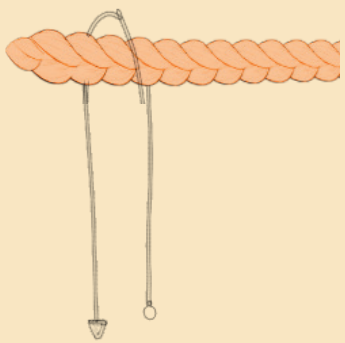
Vá adicionando as tranças e costurando fazendo um zig-zag. A costura deve seguir a mesma regra do pujá, uma fileira com a costura mais apertada e a outra mais frouxa.



Depois de completar a bolsa, é hora de fazer a alça que pode ter o tamanho que você desejar. Pode ter de largura de 4 a 3 tranças. Depois de juntar as tranças da alça, junte elas na capanga.

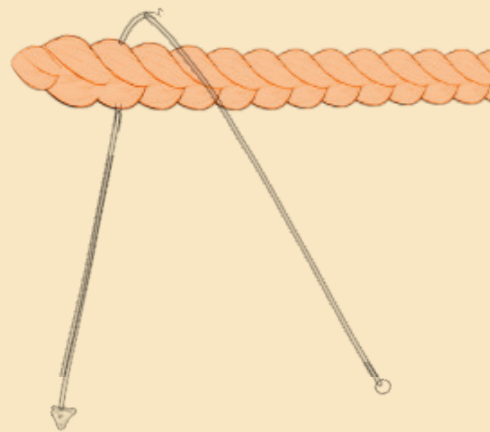
COMO FAZER A CATAIOBA

" É TRUPELI MININO "



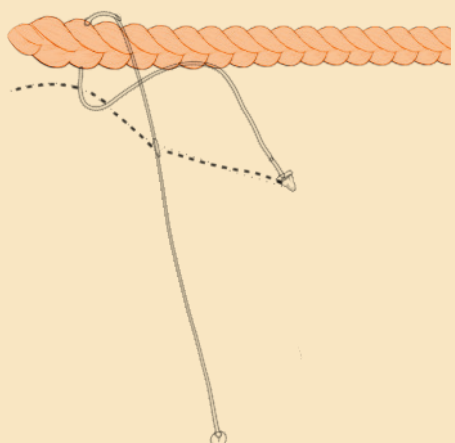
01

Faça uma trança dupla que possa dar a volta na sua cintura. Depois pegue uma tira de croá e vá enrolando para que as fibras fiquem unidas, em seguida coloque a tira na trança.



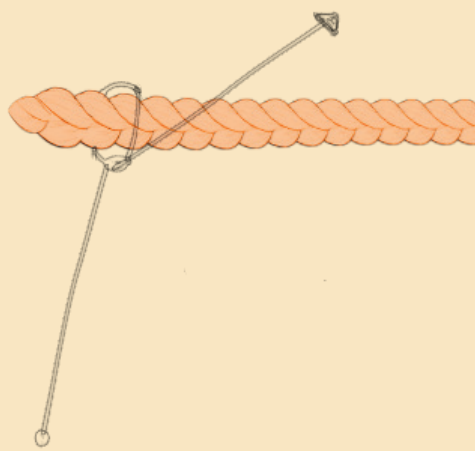
02

Separe o lado (chamarei de seta e de bolinha) da seta pra um lado e o da bolinha para o outro lado.



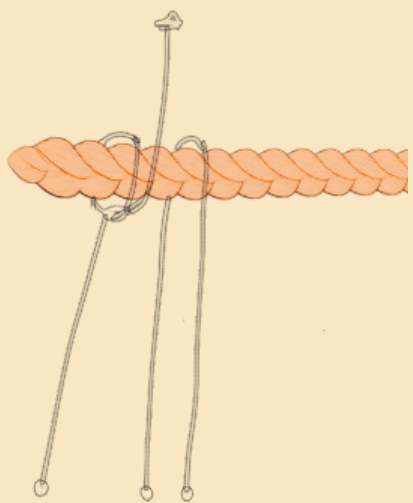
03

Com o lado da seta, passe por cima da bolinha, deixando um espaço para que a seta possa voltar passando por baixo da bolinha e em seguida puxe para cima.



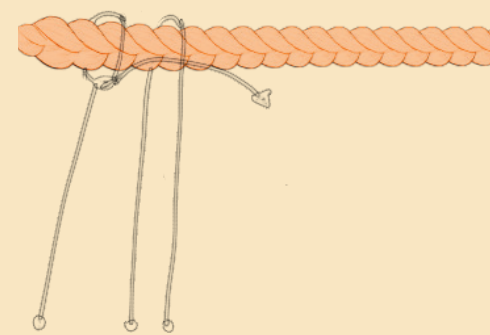
04

Depois de puxar para cima, você irá repetir o mesmo movimento, de adicionar as tiras e prendê-los com o lado da seta.



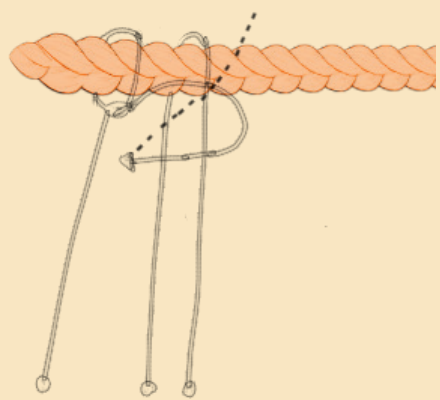
05

Pra continuar basta adicionar mais uma tira e com a seta fazer o primeiro movimento.



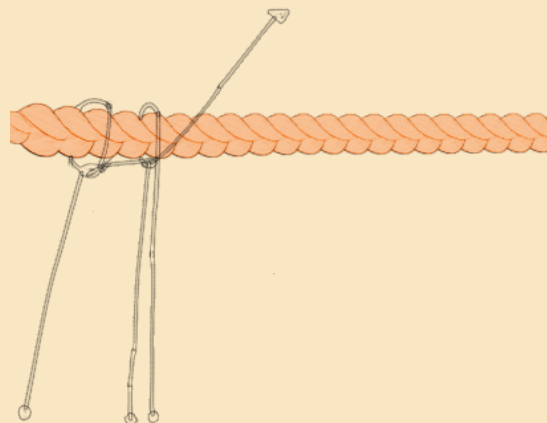
06

A seta deve passar pelas duas tiras.



07

Após voltar passando por baixo das tiras, ela deve ser puxada para cima.



08

Após isso é só isso ir repetindo o movimento até preencher a trança.



09

E finalmente você terá a sua catoioba para usar nos nossos rituais!



AGRICULTURA E PESCA



"VAMO VÊ O QUE MEU SÃO FRANCISCO VAI ME DAR"

Nossa agricultura recebeu muitas alterações, antes as principais produções eram de feijão, mandioca, milho e arroz. Os mais velhos plantavam a partir das vazantes e em determinada época o nível do Opará (Rio São Francisco) diminuía, deixando uma terra muito fértil para a produção agrícola, mas com a construção da barragem de Itaparica em 1988, as pessoas pararam de ter controle sobre o nível do Rio, tendo que recorrer a outras formas de produção. No nosso território eram comuns as casas de farinhas e os engenhos onde eram produzidos a farinha de mandioca conhecida na nossa região como Farinha do Rio, também eram produzidos rapadura e o alfenim.

Quando se trata da pesca, as mudanças ficam ainda mais radicais, pois antigamente os materiais de pesca eram feitos com croá, também se usava a borduna para pegar os peixes, arco e flechas, existia uma armadilha chamada "coufre" que era um tipo de cesto feito com cipó com um sistema que quando o peixe entrava para dentro ficava preso, pois os "dentes" da armadilha não permitiam que o peixe saísse.

Devido à mudança dos rios, os peixes também foram sumindo, como o dourado, pirá, pacomon, surubim, mandim, jundiá. Alguns ainda podem ser encontrados como o Bodó, Cari, Xotó, Pacu, Cumatá, Piranha e Piau.



NOSSOS CONTOS





"DEIXE EU DIZÊ "

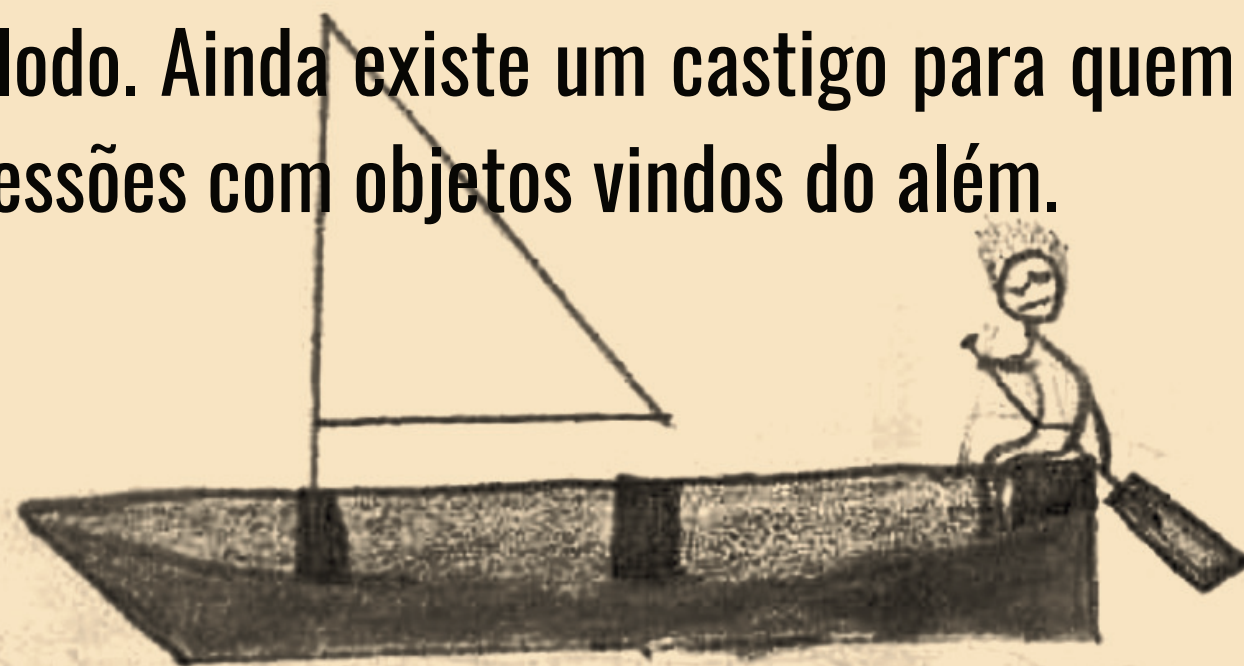
Antes de contar nossas histórias, é importante dizer que o que passa dentro do nosso território está longe de ser Mitos ou lendas, mas sim fatos que nossos mais velhos carregam dentro de si, eles são os guardiões dessas histórias, muitos viveram e viram com os próprios olhos e mantiveram essas memórias, pois representam a ciência das nossas matas e rios, representando a existência dos nossos Encantados de luz.

AVÓ D'ÁGUA

Segundo alguns pescadores, a avó D'água era um ser que aparecia em noite de lua cheia, caso algum pescador visse ela em sua rede, não pescaria nada e só poderia pegar peixes no dia seguinte. Segundo eles, sua aparência é como de uma senhora, um ser muito pequeno de cabelos brancos e compridos.

A BOTIJA

A botija funciona como uma herança, é uma peça que fica enterrada com bens valiosos. Antes de morrer era muito comum na nossa comunidade algumas pessoas deixarem seus tesouros enterrados e seus espíritos voltarem para conversar com aqueles dos quais eles achavam que tinham merecimento para receber esses tesouros, porém existem algumas regras, a pessoa escolhida não deve contar a ninguém sobre o local, e sobre o recebimento da botija, quem for buscar deve ir sozinho, caso a pessoa que recebeu diga algo, assim que cavar verá apenas uma moringa seca com lodo. Ainda existe um castigo para quem duvidar, ou fazer piadas, podendo sofrer agressões com objetos vindos do além.



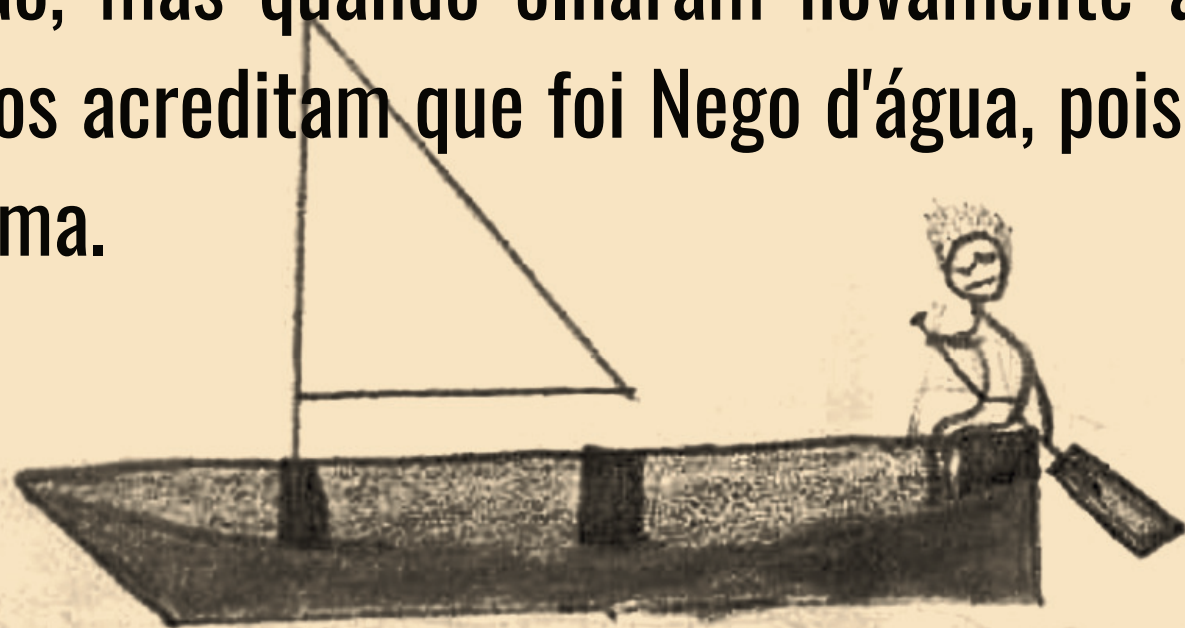
ZUMBI

Entre os mais velhos existem diversas versões sobre quem seria o zumbi, para alguns ele representa um espírito bravo da mata, para outros ele representa um mensageiro que tenta se comunicar com aqueles que estão na mata para avisar se desejam Toré ou para relatar alguma tragédia. Segundo o conto, o zumbi emite um som nas matas, caso alguém responda, pode ser interpretado como um desrespeito e este vai se aproximando da pessoa que tentou imitar, emitindo um som mais forte ainda. Alguns também dizem que caso a pessoa faça isso e ele se aproxime da sua casa, poderá ocorrer que alguém daquela casa venha a adoecer e morrer. Outros dizem que quando é imitado o som, muitos pássaros e animais começam a aparecer ao seu redor, fazendo um barulho muito forte e amedrontando quem esteja no local.

NEGO D'ÁGUA

É um ser que pode aparecer tanto à noite quanto durante o dia e sua função é dar Capoeiras nos pescadores, derrubando-os da Canoa.

Uma moradora contou que quando o Pambu estava alagado devido às chuvas, as águas transformavam a aldeia em uma ilha e muitos moradores se reuniam em baixo de um pé de Tamarindo para conversar durante as luas cheias, de repente, quando estavam observando o rio viram a figura de uma criança com cerca de 3 anos saindo da água e se sentando em uma calçada, quando os moradores notaram, acharam que era o filho de alguém da região, mas quando olharam novamente a criança tinha sumido sem deixar rastros. Muitos acreditam que foi Nego d'água, pois existem histórias que dizem que ele muda de forma.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu povo Tumbalalá, por ser exemplo de resistência e luta, desde quando eu era pequena. Agradeço também a minha vó Lourdes, que partiu durante a produção da cartilha, mas que mesmo tendo ancestralizado sua história permanece e permanecerá viva. Agradeço também meu avô Darci, minha vó Maria e meu avô Januário, pois as suas histórias marcaram a minha infância, e me motivaram para entrar neste projeto. Vocês são a minha fonte de ancestralidade. Agradeço também a minha família, por todo o apoio que me deram durante essa trajetória. Agradeço a Walison, por todo o companheirismo. Agradeço também a minha professora e orientadora Gabriela Barbosa, por toda paciência e ensinamentos. Agradeço a todos os entrevistados que confiaram e compartilharam seu conhecimento para que pudesse ser registrado por mim. Vocês são o passado, o presente e garantirão o futuro do nosso povo. Igualmente, agradeço ao Colégio Indígena Santo Antônio do Pambu, assim como, a todos os alunos que contribuíram com as ilustrações para o projeto. Ademais, agradeço aos funcionários do mesmo colégio e, em especial, a professora Joany Kelly, que me apoiou durante as oficinas. Por fim, agradeço a Universidade Estadual de Feira de Santana, por servir de mediadora para que eu possa concluir este sonho. Garanto que continuarei a ocupar este espaço, levando tudo o que posso para o Meu Povo.



UEFS

Universidade Estadual de
Feira de Santana

PROEX

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO | UEFS